

OS SURDOS EM SEU PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE L1 e L2

AUTOR: FRANCYLLAYANS KARLA DA SILVA FERNANDES

Centro Universitário de João Pessoa- UNIPÊ

francyllayans@gmail.com

RESUMO

A língua Brasileira de Sinais foi historicamente marginalizada pelos ouvintes, que em sua maioria consideravam o meio de comunicação da comunidade surda como um conjunto de gestos e mímicas sem sentido, assim a comunidade surda vivenciou inúmeras barreiras para sua inserção no contexto escolar com utilização de sua língua natural, as quais em grande parte continuam até os dias de hoje. Com a intenção de proporcionar a aprendizagem da língua oral do surdo as incontáveis problemáticas vivenciadas nas escolas de certo modo direcionavam ainda mais a comunidade surda para a exclusão, uma vez que nem todos os surdos tinham êxito na oralização, o que motivava a desistência deles por esse processo educacional, identificando em si mesmo uma “incapacidade” comunicativa que retirava o sentido da permanência dos mesmos na escola. Em seguida surge a inclusão, que tem como objetivo proporcionar a interação desses sujeitos no ambiente escolar, com a valorização e utilização da Libras, mediadas por intérpretes, que são os responsáveis pelo estabelecimento da comunicação entre os surdos, os professores, os alunos da sala e todo corpo escolar, porém a metodologia utilizada em sala de aula continua voltada para a comunidade ouvinte. Diante do cenário estabelecido, surge a proposta bilíngue a qual propõe uma escola que trabalhe a Libras como primeira língua para o surdo, como determina a lei 10.436/02, sem esquecer os demais conteúdos curriculares, com metodologias voltadas para a cultura surda e a língua Portuguesa como segunda língua. Desta forma, queremos contribuir para o debate sobre o tema, tendo em vista a necessidade de desenvolvimento igualitário do povo surdo, desde sua iniciação escolar, os colocando em contato direto e frequente com seus pares e com sua língua materna. Para isso buscamos fundamentação teórica nas leis que regem a educação como a LDB e autores como Capovilla, Chaves e Quadros, para ampliação do debate sobre a temática.

Palavras-chave: Educação dos surdos, Primeira língua, Segunda língua.

INTRODUÇÃO

O ensino e aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais como primeira língua e o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para o surdo tem sido alvo de inúmeras pesquisas, as quais visam identificar os limites e possibilidades de aprendizagem desse sujeito. É importante destacar que o ensino da Língua Portuguesa voltado para a comunidade surda é algo desafiador, uma vez que carece da interação entre as duas culturas, porém o número de professores da língua portuguesa com conhecimento linguístico e cultural da língua de sinais é escasso.

Outro ponto relevante que demonstra a importância da proposição que se apresenta acerca do tema é justamente sua profunda relação com a busca pelo entendimento de como se constrói e se solidifica essa aprendizagem, considerando que o surdo dispõe de língua e culturas específicas, as quais não estão presentes no contexto escolar e por esse motivo também não são valorizadas neste ambiente, proporcionando assim uma exclusão.

Tratar sobre a problemática da educação de surdos numa postura bilíngue é indubitavelmente laborioso, tendo em vista que envolve duas Culturas opostas e de maioria ouvinte, pois é a dominante em nosso território, porém o surdo precisa estar inserido em um ambiente escolar que valorize suas raízes culturais, para que ele possa se sentir incluído e conseqüentemente, capaz de desenvolver suas habilidades intelectuais e cognitivas de forma contínua.

Muitas vezes percebemos uma certa resistência por parte da sociedade majoritariamente ouvinte em aceitar o surdo e suas especificidades, dessa forma acaba tipificando esse sujeito como um indivíduo impossibilitado de adquirir conhecimento, nesse sentido, podemos inferir que isso ocorre pelo encarceramento da sua cultura por anos a fio, principalmente quando sua língua não era aceita pela sociedade e as pessoas surdas eram vistas como incapazes de aprender, pois não utilizavam a língua oral.

Dessa maneira, se faz necessário desmitificar a surdez como algo patológico, que incapacita o surdo de pensar e/ou aprender, essa ideia estereotipada que foi internalizada pelos ouvintes, precisa ser quebrada para que as propostas educacionais inclusivas sejam de fato executadas nas instituições de ensino privadas e/ou públicas, assim o surdo será parte integrante e atuante do ambiente escolar e poderá receber uma educação condizente com a sua realidade.



METODOLOGIA

Tendo como base o dicionário Oxford (2000:117) bilíngue é definido como: “a capacidade de falar duas línguas igualmente bem porque utiliza as mesmas desde muito jovem”, para Bloomfield bilinguismo é ter “o controle nativo de duas línguas”, ou seja um conhecimento perfeito de uma língua estrangeira (BLOOMFIELD, 1935, apud HARMERS e Blanc, 2000:6). Weinreich defendia o bilinguismo como o uso alternado de duas línguas e Macnamara propõe que “um indivíduo bilíngue é alguém que possui competência mínima em uma das quatro habilidades lingüísticas (falar, ouvir, ler e escrever) em uma língua diferente de sua língua nativa” (MACNAMARA, 1967 apud HARMERS e BLANC, 2000:6.)

Baseado no conceito de bilinguismo, Grosjean (1994) usa a ideia de que bilíngues são pessoas que utilizam duas ou mais línguas ou dialetos no seu dia a dia, incluindo desde o imigrante que fala com dificuldade a língua do país que o acolheu até o intérprete profissional que é totalmente fluente nas duas línguas. Desta forma, o autor afirma que o mais importante é que para além da grande diversidade existente entre essas pessoas, todas elas compartilham algo em comum, pois de uma forma ou de outra estabelecem comunicação e assim são usuárias de duas ou mais línguas.

Ultrapassando essas definições de caracterização e definição do bilinguismo Harmers e Blanc (2000) ressaltam que o bilinguismo é um fenômeno multidimensional, o qual deve ser investigado como tal, assim essa característica não deve ser ignorada. Por isso, os autores destacam a importância de analisar seis dimensões ao definir o bilinguismo: competência relativa; organização cognitiva; idade de aquisição; presença ou não de indivíduos falantes da L2 no ambiente em questão; status das duas línguas envolvidas e identidade cultural.

O status atribuído a uma língua em determinada comunidade possibilitará ao indivíduo desenvolver diferentes formas de bilinguismo, nesse sentido, a língua dominante terá maior status e conseqüentemente maior necessidade de ser aprendida. A mais relevante dela é a modalidade oral que é muito valorizada desde o início dos tempos, atuando como pré-requisito para o desenvolvimento cognitivo da criança, menosprezando e colocando em segundo plano a língua brasileira de sinais.

Segundo Harmers e Blanc (2000), a experiência mais importante no bilinguismo é que ambas as línguas devem ser igualmente valorizadas e isso faz parte do planejamento da educação bilíngue, definindo os objetivos de acordo com o programa que será seguido e como estes serão alcançados, dando oportunidade para que ambas as línguas atuem de forma igualitária dentro do ambiente escolar.

Como marcos históricos para essa educação temos a aprovação da Lei nº 10.436/02 e ao Decreto nº 5.626/05, os quais tratam do reconhecimento legal da Libras; a inclusão da mesma nos currículos dos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia, de uma disciplina voltada ao ensino dessa língua; a formação e a certificação dos profissionais envolvidos nos processos escolares de surdos (professores, instrutores e tradutores/intérpretes); o ensino da língua portuguesa como segunda língua; e a necessidade da organização do sistema de forma a contemplar a educação bilíngüe no ensino regular. O documento traça como diretrizes para essa educação:

Para o ingresso dos alunos surdos nas escolas comuns, a educação bilíngüe - Língua Portuguesa/Libras desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola. (BRASIL, 2008, p. 11)

No que concerne as vivências atuais de prática inclusiva ainda não se encontra a efetivação de uma educação que valorize a língua de sinais como primeira língua da comunidade surda dentro do espaço escolar, pois as mesmas práticas arcaicas de alfabetização metodológica próprias da comunidade ouvinte continuam sendo perpassadas, de modo que os surdos incluídos precisam “elaborar” metodologias para que consigam se adequar ao prática educativa igualitária.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante do novo cenário, muitas mudanças começaram a acontecer em diversos estados do nosso país, surgindo assim o processo de inclusão dos alunos com deficiência na sala de aula regular, alterando o modelo vigente no quadro de segregação e inserção que essas pessoas vinham sendo submetidas e propondo a educação regular atitudes inclusivas, no campo da estrutura física da escola, formação para professores e recursos didáticos enviados pelo MEC para as escolas, com o intuito de subsidiar essa nova prática educacional.

Porém, essa intitulada inclusão passou a ser vista como “mistura” de deficiências dentro de um único espaço, para promoção da convivência em sociedade, com isso, os surdos continuaram insatisfeitos ao perceberem que única dificuldade deles é comunicativa, ou seja, são usuários de uma língua diferente da

oral, propondo uma análise de que essa junção mesmo com a participação do interprete de libras atrapalha em certa medida o desenvolvimento linguístico do surdo e segrega a comunidade, uma vez que reduz o contato entre a comunidade surda dentro do ambiente escolar, sendo essa comunicação totalmente mediada e acompanhada pelo interprete de libras.

Com isso, surge as propostas para uma educação bilíngue voltada para construção de escolas onde a primeira língua seja a Libras e a segunda língua seja o Português, em um espaço próprio para os surdos, de modo que eles consigam se desenvolver plenamente alcançando o objetivo final da educação que é a aprendizagem, podendo os ouvintes incluídos nesse ambiente bilíngue aprender a forma de comunicação dos surdos, com metodologias que objetivam o desenvolvimento linguístico e social da pessoa surda, valorizando a sua cultura desde a infância.

O quadro inclusivo cheio de falhas que deixa o surdo desprovido de assistência em vários aspectos, motivou o surgimento da proposta de uma educação bilíngue, principalmente por que o fato de se ter um interprete em sala aula não habilita a escola para incluir um surdo. Desta forma, o desejo por uma educação significativa que consiga desenvolver as habilidades curriculares dos alunos surdos, busca uma escola que por intermédio de professores bilíngues atinja o objetivo final da educação que é a promoção da aprendizagem, sem quem para isso seja preciso um intermediador (interprete) que em muitos casos não possui formação específica para desdobramento de tal conteúdo abordado.

A proposta da escola bilíngue almeja promover espaços para a escolarização inicial dos surdos usando a Libras como a língua de interlocução entre professores e alunos, sendo ela a responsável por mediar o processo de ensino e aprendizagem desde a infância na educação infantil. Nesse sentido, Quadros contribui dizendo que: “Quando me refiro ao bilinguismo, não estou estabelecendo uma dicotomia, mas sim reconhecendo as línguas envolvidas no cotidiano dos surdos, ou seja, a Língua Brasileira de Sinais e o Português no contexto mais comum do Brasil.” (2000, p.54).

No Art. 1º da lei 10.436/02 a qual oficializa a Língua de Sinais utilizada aqui no Brasil, diz que:

É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Partindo da oficialização da Libras a proposta bilíngue brota para requer uma reestrutura pedagógica, com matérias de apoio que tenham a Libras como língua predominante em todas as atividades escolares, desenvolvendo no surdo a apropriação, a valorização e o domínio sobre sua própria língua, garantindo uma base educacional sólida visando uma organização diferenciada também para os anos finais de ensino fundamental, médio e profissional, retirando dos tradutores e intérpretes de Libras a responsabilidade de que a presença dessa língua nos espaços de sala de aula é única e exclusivamente desses profissionais.

No que se refere a esses níveis de ensino, a educação bilíngue pode ser desenvolvida por meio de "docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa" (BRASIL, 2005, Artigo 22, Inciso II). Embora defenda que a educação de surdos possa continuar sendo realizada em escolas bilíngues, o Decreto não exclui a possibilidade de ela ser desenvolvida em escolas da rede regular de ensino, desde que haja professores com o perfil descrito, responsabilizando os tradutores e intérpretes de Libras/língua portuguesa por "viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas" (Artigo 21, §1º, Inciso II) e "no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino" (Artigo 21, §1º, Inciso III). Nessa definição, o Decreto reitera o posicionamento antes assumido, de que a função de tal profissional não pode ser confundida com a do professor docente (Artigo 14, §2º).

Enquanto segunda língua a parte escrita do português será compreendida e trabalhada nos espaços escolares, sendo ensinada também como conteúdo de complementação curricular, uma vez que por ser a língua utilizada e reconhecida também como oficial em nosso território não pode ser menosprezada, mas sua avaliação deve ser coerente a seu papel de segunda língua. Compreendendo que a maioria das crianças surdas são filhas de ouvintes e desta forma não tem contato frequente com sua língua, por isso essa estrutura leva em consideração que durante os anos em que as crianças frequentam a educação infantil, elas estão em processo de apropriação de sua primeira língua (Libras), assim seu maior contato escolar deve ser com adultos bilíngues.

Quando se decide optar pelo modelo ou programa de educação bilíngue os aspectos históricos, sociais, ideológicos, psicológicos e variadas relações de poder devem ser levados em consideração como afirma Harmers e Blanc (2000). A idade de aquisição das línguas é considerada de extrema importância, pois afeta diversos aspectos do desenvolvimento do indivíduo bilíngue, como por exemplo: o desenvolvimento linguístico, neuropsicológico,

cognitivo e sócio-cultural. De acordo com a idade de aquisição da segunda língua, dá-se o bilinguismo infantil, adolescente ou adulto.

No ensino infantil o desenvolvimento do bilinguismo ocorre simultaneamente ao desenvolvimento cognitivo, podendo conseqüentemente influenciá-lo. O bilinguismo infantil subdivide-se: em bilinguismo simultâneo e bilinguismo consecutivo. No bilinguismo simultâneo, a criança adquire as duas línguas ao mesmo tempo, sendo expostas as mesmas desde o nascimento. Por sua vez, no bilinguismo consecutivo, a criança adquire a segunda língua ainda na infância, mas após ter adquirido as bases linguísticas da L1, aproximadamente aos cinco anos, conforme aponta Wei (2000).

Desta forma, a proposta de uma educação bilíngue surge com o intuito de “sanar” e “salvar” os surdos dos descasos sociais e principalmente educacionais, através do ensino de sua língua, promovendo uma relação efetiva entre os pares surdos como fonte de desenvolvimento educacional, mostrando a sociedade que é possível sim aprender os mais diversos campos do conhecimento através da Libras e que para que isso torne-se realidade é preciso dar liberdade para que os surdos e ouvintes conhecedores da cultura surda desenvolvam suas metodologias para o ato de ensinar e aprender através da Libras.

CONCLUSÃO

A escola intitulada de acessível é uma construção para todos, por isso a comunidade escolar participante deste processo precisa ter uma visão mais inclusiva, para proporcionar aos sujeitos da educação a condição de permanência e desenvolvimento educacional dentro da mesma. Para isso, o nosso país ainda precisa de muitas modificações, pois vivenciamos cotidianamente a debilidade e negligência da parte de nossos governantes, com esse grupo social que precisa de um suporte especializado para que possam ter um futuro exitoso, sem sofrer com a miséria e o descaso de uma má educação, que retira dos mesmos o direito a uma vida digna que todo cidadão deseja.

Nesse sentido, percebe-se que o profissional da educação faz-se necessário a percepção acerca do mundo do surdo para que assim, estabeleça uma relação de interação e respeito, passando a compreender o processo de desenvolvimento deles, entendendo que diferenças linguísticas estão presentes na escola. Segundo o pensamento de Paulo Freire (2005) sobre o alfabetizando, ele deve

se descobrir como homem, sujeito de si e de todo processo histórico de sua sociedade. Esse deve ser o pensamento sobre o surdo, sendo o ambiente escolar responsável pela colaboração para descoberta do sujeito.

Se Projeto Político Pedagógico das escolas forem construídos com autonomia e de forma participativa estará contribuindo grandemente para a realização eficaz da proposta bilíngue. Destacando que o surdo não precisa ser obrigado a entrar e permanecer em um ambiente que não tem interação linguística com ele, no qual ele sente-se mais excluído do que incluído. O surdo precisa desenvolver seu potencial argumentativo para decidir de maneira consciente onde quer desenvolver a sua aprendizagem sem que sua presença seja forçada, com aceitação dentro da escola regular só para o cumprimento de leis sem o objetivo de desenvolver as suas potencialidades.

Para que a luta bilíngue seja compreendida em sua profundidade faz-se necessário o resgate dos conhecimentos inerentes ao processo histórico do surdo, com destaque as suas conquistas sociais enquanto usuário de uma língua diferente da língua dominante de seu país, mostrando como se deu a evolução linguística do surdo nos ambientes educacionais, sociais e familiares, revelando as dificuldades motivadoras para o surgimento da proposta educacional bilíngue.

Para que a proposta educacional bilíngue seja implantada, precisa-se dialogar sobre quais as contribuições reais da mesma a vida educacional do surdo, com destaque para a importância do desenvolvimento da L1 (LIBRAS) do surdo através do contato desde a educação infantil com professores bilíngues que utilizem a língua de sinais em suas comunicações de modo natural, sendo um modelo para os discentes.

Assim, fica nítido quais os reais anseios do povo surdo com a escola bilíngue, dando ênfase para que o fator incluir os surdos em salas de aulas regulares acompanhados de interpretes não satisfaz o campo da aprendizagem significativa dos mesmos, pois esse processo de transmissão, acomodação e retransmissão pode deixar falhas irreparáveis e não desenvolve no ambiente escolar uma comunicação direta entre os surdos e os ouvintes principalmente entre os professores e os surdos.

REFERENCIAS

BRASIL, **Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em 04 de Agosto de 2017.

Capovilla, F. C. **A evolução nas abordagens à educação da criança surda: Do oralismo à comunicação total, e desta ao bilinguismo**. Em F. C. Capovilla, & W. D. Raphael (Orgs.), Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira. Vol. II: Sinais de M a Z (2a. ed., Vol. 2, pp. 1479-1490). São Paulo, SP: Edusp, e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. (ISBN: 85-314-0669-2). 2001.

CHAGAS, Angela. **Dez anos após lei de Libras, escola bilíngue tenta incluir surdos**. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/educacao/dez-anos-apos-lei-escolabilingueviraalternativaparaincluirsurdos,f4f942ba7d2da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 17 de agosto de 2017.

FRIÃES, H.S.; PEREIRA, M. C. C. **Compreensão da leitura e surdez**. In: LACERDA, C. B. F. de; GÓES, M. C. R. surdez: processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise, 2000. p.113-122.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB).

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 24 de Fevereiro de 2017.

LODI, Ana Claudia Balieiro. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil. **Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05**. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022013000100004. Acesso em 25 de agosto de 2017.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar- O que é? Por quê? Como fazer?** Campinas, São Paulo, Julho de 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos** / Maria Teresa Eglér Mantoan, Rosângela Gavioli Prieto; Valéria Amorim Arantes, organizadora. – São Paulo: Summus, 2006. – “Pontos e contra pontos”.

PEREIRA, M.C.C. Aquisição da língua portuguesa por aprendizes surdos. In: Seminário Desafios para o próximo milênio. Rio de Janeiro: INES, Divisão de Estudos e Pesquisas, 2000.

PINHEIRO, Lucineide Machado. **Língua de Sinais brasileira: libras I** / Lucineide Machado Pinheiro. – São Paulo: Know How, 2012.

QUADROS, Ronice Müller de. A libras e a sua importância no processo de alfabetização em língua portuguesa. In: Ideias para ensinar português para alunos surdos / Ronice Muller Quadros, Magali L. P. Schmiedt. – Brasília: MEC, SEESP, 2006.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 07 de Agosto de 2017.

VALDIR, Balbueno. **Língua de sinais brasileira: libras II** / Valdir Balbueno. – São Paulo: Know How, 2010.

VIEIRA. CLAUDIA REGINA. Educação de surdos: problematizando a questão bilíngue no contexto da escola. Piracicaba, SP. Disponível em:
https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/03062013_143807_claudiadissertacao.pdp. Acesso em: 28 de agosto de 2017.